

# A SEMANA CIFRAO

*Suplemento de Economia*

**PM visita  
Brasil em  
Agosto**

pág. 2



RB&A

**Advogados  
Portugueses  
apostam em  
Cabo Verde**

pág. 9

FIC



pág. 4

ESPECULAÇÃO

**Italianos  
"incham"  
preço dos  
terrenos**

pág. 6

## PM VISITA BRASIL EM AGOSTO...



## Forte delegação empresarial "na bagagem"

O primeiro-ministro José Maria Neves visitará a partir de 12 de Agosto próximo, e durante dez dias, cinco estados brasileiros no quadro do desenvolvimento das relações com os Estados do Nordeste do Brasil. Maria Neves far-se-á acompanhar na sua deslocação às terras de Vera Cruz dos ministros da Economia, Crescimento e Competitividade e da Educação e Valorização dos Recursos Humanos e de uma delegação que integra representantes da Enapor, ASA, Cabo Verde Investimentos e uma componente empresarial chefiada pelas Câmaras do Comércio de Barlavento e Sotavento.

O chefe do executivo cabo-verdiano confirmou a sua visita ao Brasil, concretamente aos Estados de Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba e Goiás ao governador de Alagoas, Ronaldo Santos, que esteve no nosso país há dias, a convite do Cinemate, que realiza o filme lusocabo-brasileiro "A ilha dos Escravos". "Já aceitei o convite. Vamos identificar uma data", afirmou Maria Neves, anunciando que será acompanhado por uma delegação empresarial e governamental com o intuito de discutir as perspectivas de cooperação futura. "É uma visita fundamental, que deixará marcas. Serão abertos os caminhos para uma forte cooperação entre Cabo Verde e o Nordeste do Brasil", perspectivou Neves.

Esta 'missão cabo-verdiana' ao Brasil é uma resposta aos insistentes pedidos dos Estados do Nordeste, que têm manifestado interesse no aumento da frequência de voos da TACV para o Brasil. "Os brasileiros manifestaram essa vontade, sobretudo por causa do turismo de negócios. E nos dois sentidos, ou seja, de Cabo Verde-Brasil e vice-versa. Cabo Verde está interessado em sentar e discutir o assunto", diz uma fonte da CI.

Quanto à presença da Enapor na delegação, ao que conseguimos apurar, o governo pretende rentabilizar os investimentos feitos a nível das infra-estruturas portuárias e trazer o Brasil para Cabo Verde, com o argumento de que as ilhas podem funcionar como um refluxo para outras paragens. Com isso, o Brasil poderá instalar indústrias no nosso país, beneficiar da Agoa e alargar a sua penetração nos Palop, a partir de Cabo Verde. O próprio primeiro-ministro reafirmou recentemente o desejo de ver Cabo Verde estabelecer uma parceria estratégica com o Brasil e ser a sua porta de entrada no continente africano.

"Já há manifestação de interesse. Por exemplo, neste momento está-se a analisar a possibilidade do Brasil montar uma destilaria e uma unidade de produção de PVC em São Vicente. E há outras indústrias que poderão vir no seguimento destas", reforça outra fonte deste jornal, para quem Cabo Verde pode ainda despertar o interesse do Brasil na privatização, por exemplo, da Emprofac. É que tendo em conta a sua experiência desta nossa empresa na produção de medicamentos, Brasil pode aqui produzir medicamento especialmente retro-virais, a preços bastante competitivos. Ou seja, prossegue, a mesma fonte, há várias possibilidades de Cabo Verde cooperar com o Brasil, seja através de iniciativas individuais seja em 'joint ventures'.

Mas não é apenas a área empresarial que se mostra aberta a essa aventura. Há um interesse forte de Cabo Verde em cooperar com o Brasil também no domínio da cultura, concretamente na qualificação do nosso produto cultural genuíno. É que, conforme pessoas ligadas à cultura, Cabo Verde possui um património edificado considerável, além do património imaterial que são a Tabanka, o batuque, Cola San Jon, alguns produtos de carácter religioso, um espólio valioso que veio do Seminário-Liceu de São Nicolau, entre outros, que precisam ser reabilitados e qualificados.

"É preciso fazer a história desses produtos, enquadrá-los no contexto em que surgiram e associá-los a outros produtos que Cabo Verde pode oferecer aos visitantes, mas também para poder divulgá-los junto dos países emissores de turistas", afirmam. Sobre a identidade cultural comum entre Cabo Verde e Alagoas que José Maria Neves confessou "não imaginava tão forte", o PM disse tratar-se de uma ponte que se cria. "A cultura acaba por unir as pessoas. É um cimento que fortifica a identidade dos povos. Estamos a criar as condições para restabelecer esta ponte com o Brasil".

Ainda, a banca, Universidade de Cabo Verde e formação técnico-profissional são outras áreas que o governo de Cabo Verde tem interesse em explorar na sua relação com o Brasil. Neste capítulo, importa realçar o envolvimento de algumas estruturas de ensino superior na montagem da Universidade de Cabo Verde. Quanto ao apoio à formação técnica e profissional, observa uma fonte da Educação, "Cabo Verde não tem riquezas naturais, pelo que precisa apostar forte nos seus recursos humanos. E os quadros bem qualificados são um recurso valioso. Precisamos ser agressivos, mostrar as nossas reais capacidades e não ficar à espera que nos notem", conclui.

Constância de Pina

## CERTIFICAÇÃO DO AEROPORTO DA PRAIA

# Boeing da TACV faz voo teste no NAP



O Aeroporto da Praia recebeu ontem, 28, um voo de teste com um Boeing 757/200 da TACV. Este voo enquadra-se no processo de certificação do Novo Aeroporto da Praia e vai permitir ao IAC, ASA e TACV obter informações complementares sobre as condições de operacionalidade da infra-estrutura.

Pista e área de manobra, plataforma de estacionamento, balizagem luminosa, meios de combate a incêndios, assistência em escala, sistema de comunicação e combustível são os serviços do NAP em análise no decurso deste voo experimental. Sobre a certificação em curso, o Gabinete de Comunicação, Imagem e Relações Públicas da ASA explica que a Convenção da Aviação Civil internacional obriga os Estados a oferecerem serviços e condições operacionais adequados e uniformes a todas as aeronaves de outros estados, nos aeródromos e aeroportos abertos ao público, de acordo com os Standard e Práticas Recomendadas (SARPs) da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO).

Em Cabo Verde, o Estado, intermediado pela Agência de Aviação Civil, é a entidade responsável pela verificação e supervisão do estado de cumprimento das SARPs pelo operador aeroportuário, a ASA, empresa que administra os aeroportos de Cabo Verde, através de uma legislação apropriada. "Os documentos da ICAO que regem o processo de certificação são a Convenção de Chicago (Vol 1) e o Manual de certificação de Aeródromos. Em Cabo Verde o processo de certificação dos aeroportos é regulado pela Parte 14 dos CV CAR (Cabo Verde Civil Aviation Regulation), aprovado em Janeiro de 2005 e publicado em Março passado", escreve José Pedro Santos, do GCIRP da ASA.

Foi, aliás, a partir da publicação do CV CAR 14, que a ASA iniciou o processo de preparação da certificação, designando as equipas técnicas multidisciplinares para a coordenação dos procedimentos e elaboração de um Manual de Operações do Aeroporto (MOA), instrumento chave para o processo de certificação e funcionamento do NAP. O MOA do Aeroporto da Praia deu entrada na ACC, em Maio de 2005, conjuntamente com um requerimento de certificação. Quarta-feira, 27, uma equipa de inspectores da IAC, assistida por consultores neozelandeses e acompanhada por técnicos da ASA, deu início às verificações e inspecções das infra-estruturas, facilidades, sistemas e procedimentos, o que deverá terminar no dia 3 de Agosto, após o que será elaborado e apresentado um relatório de avaliação preliminar.

### GÉNESE DO NAP

O Aeroporto da Praia é o primeiro aeroporto de Cabo Verde a ser construído, certificado e operacionalizado no período pós-independência. De acordo com a ASA, espera-se, com a sua abertura um impacto significativo no sistema de transportes e na dinamização da actividade económica, turística, comercial e de negócios, em Santiago e em Cabo Verde. Exactamente por isso e nas vés-

peras da sua certificação e operacionalização, a ASA, através de um comunicado, traça o percurso do NAP.

"As obras de construção do Novo Aeroporto da Praia foram desenvolvidas com base num Plano Director elaborado pela Empresa de Aeroportos e Navegação Aérea de Portugal (ANA-EP), em 1990. O dono da obra é o Governo de Cabo Verde, representado pelo Ministério das Infra-estruturas e Transportes, que designou um Gestor do Projecto. As obras foram adjudicadas a um consórcio português constituído pela Mota Engil, Adriano e Efacec. A fiscalização foi entregue à FBO".

Quanto à decisão de melhorar as infra-estruturas aeroportuárias da capital, lê-se no Plano, "ultrapassou o simples propósito de uma ampliação das áreas de tratamento do tráfego nas suas características evolutivas históricas. Alguns factores determinaram a necessidade de uma revisão de fundo das infra-estruturas aeroportuárias, nomeadamente a sua função de suporte na reestruturação do transporte aéreo nacional entre ilhas (tráfego doméstico), a definição da zona de influência do aeroporto de características sub-regionais, relativamente ao continente africano (Dakar, Banjul, Bissau, Nouakchott) e a acessibilidade a aviões de maior capacidade e autonomia (privilegiando no entanto o Aeroporto do Sal como aeroporto internacional)".

Foram definidos como princípios básicos do Esquema Director Aeroportuário o Airbus A310/300 como a aeronave crítica a operar no NAP, os procedimentos de aproximação à pista como de não precisão, ou seja, de aproximação clássica baseada num radiofarol não direccional, que a ASA complementou anos mais tarde com um Very High Omnidirectional Range/Distance Measuring Equipment (VOR/DME) e procedimentos Global Navigation Satellite System (GNSS), enquanto que a pista foi desenhada com um comprimento de 2.100 metros, utilizáveis à descolagem em ambos os sentidos.

### PERCURSO COMPLICADO

Inicialmente os planificadores e decisores entenderam estabelecer como critérios na determinação do comprimento da pista considerar a operação do avião ATP, tendo como etapa crítica o percurso Praia-Dakar e a operação do avião A310/300, com escala no Aeroporto do Sal. O custo do projecto seria de 31 milhões de dólares, financiados pelo BAD, BADEA, Fundo da Nigéria e Governo de Cabo Verde. Mas nem tudo correu como planeado e, em 2001, as obras estavam paralisadas há mais de um ano e as dívidas acumuladas junto do consórcio-empresário ascenderam a 210 mil contos. Paralelamente, foram

detectados graves problemas técnicos no terminal de passageiros.

"Então, o Ministério das Infra-estruturas e Transportes e a ASA desencadearam uma série de acções visando resolver os problemas e a retomada dos trabalhos. Entre essas acções destacam-se as negociações das dívidas com o consórcio, com a ANA (projectista) e a Engil (Empreiteiro). A IATA fez uma auditoria ao projecto de infra-estruturas e as instalações em que foram identificados alguns constrangimentos como, por exemplo, a não segregação dos passageiros internacionais e domésticos e a existência de salas únicas à chegada e partida", informa o gabinete de Imagem da ASA.

Foi então decidido elaborar um outro projecto, este visando a construção de um terminal doméstico, avaliado em 358 mil contos, cujas obras foram concluídas em Dezembro de 2004. Alterações ao plano que, afirma o GCIRP, exigiram investimentos complementares da ASA e da TACV. Só a ASA injectou mais de 14 milhões de dólares em equipamentos e infra-estruturas que, somados aos 31 milhões do projecto inicial, perfazem 45 milhões de dólares, cerca de três milhões e 700 mil contos cabo-verdianos. Por seu turno TACV, na qualidade de operador de handling, investiu 1,6 milhões de dólares, 118 mil contos cabo-verdianos, em equipamentos.

E hoje, quatro anos depois, o NAP está apto para receber todos os tipos de aeronaves, desde os Boeing 737, 757 e 767 aos Airbus A310 e A321. Importa realçar que a frota da TACV é formada por B757-200, que operam no NAP sem problemas, para os destinos Lisboa, Luanda, Amsterdão, Paris, Madrid, Londres, Roma, Zurique, Munique, Fortaleza, Boston. Quanto ao hangar, de acordo com a nossa fonte, poderá recolher a frota ATR da TACV e, ainda que condicionado, um B757 e um A310.

Entretanto, o Plano Director de 2002 elaborado pela IATA estabelece o princípio de desenvolvimento em três fases, até ao ano de 2023. A primeira até 2008, a segunda entre 2008 e 2015 e a terceira que se alonga até 2023. Para isso, as infra-estruturas poderão passar por processos de expansão e adequação da capacidade em função do crescimento e demanda de tráfego. "A pista e a plataforma de estacionamento de aeronaves podem ser aumentadas. Já o terminal de passageiros poderá crescer na vertical. Serão ainda construídos um check-in concourse e um transportation center, um terminal vip e um novo parque de estacionamento de viaturas, estes já financiados pelo Fundo Cedeao, no valor de sete milhões de dólares", conclui a nota da ASA.

Constância de Pina

## MERCADO DE CAPITAIS

*A venda dos 90 por cento das acções que o Estado detém na Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos irá marcar o arranque oficial da Bolsa de Valores de Cabo Verde. Esta iniciativa está sendo encarada como um bom negócio da BVCV que estará, conforme o seu presidente, operacional em Setembro deste ano. Veríssimo Pinto perspectiva que até lá serão realizadas várias acções, nomeadamente a nível da formação.*



## Venda das acções do Estado na SCT vai marcar o arranque da Bolsa de Valores

A retirada do Estado da Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos constitui uma das actividades que irá marcar, em Setembro deste ano, a entrada em funcionamento da Bolsa de Valores de Cabo Verde. Ou seja, o BVCV, em parceria com outras instituições oficiais, vai participar na venda dos 90 por cento das acções que a extinta Empresa Pública de Abastecimento (Empa) detém na citada fábrica, contra os 10% subscritos pela Câmara Municipal do Tarrafal. A SCT dispõe de um capital social de 40 mil contos cabo-verdianos e tem como objecto principal a indústria de tabacos.

O presidente do CA da Bolsa de Valores, Veríssimo Pinto, confirma conhecer a intenção do governo em marcar o arranque da instituição que dirige com a venda das acções do Estado na SCT. Mas Veríssimo Pinto recusou-se a fornecer detalhes sobre tal processo e remeteu este jornal para o Ministério das Finanças ou para o Gabinete das Privatizações, entidades que estão a gerir o dossier.

Embora tenha sido impossível chegar à fala com as entidades acima mencionadas, **A Semana** está em condições de avançar que o processo da alienação das acções do Estado na Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos segue o seu curso normal. A SCT é sucessora da antiga Fábrica de Tabacos, de que a Câmara Municipal do Sal era accionista maioritária. A mesma foi extinta, na sequência de um polémico processo de penhora que o então governo do MpD mandou desencadear, alegando que aquela unidade industrial dispunha de dívidas avultadas junto ao fisco.

Entendidos na matéria consideram que a operação em causa poderá constituir um bom negócio e marca de melhor forma a entrada em funcionamento da Bolsa de Valores de Cabo

Verde. É que de uma quota de mercado de menos 30% (36 mil contos) nos exercícios de 2002, a Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos detém actualmente cerca de 90% do mercado de cigarros de Cabo Verde, representando um volume de vendas superior a 705 mil contos. A nossa fonte precisa que o mercado nacional se aproxima dos 130 mil cigarros e o número de fumadores corresponde a cerca de 13% da população adulta, dos quais cerca de 75% são homens. A sociedade comercializa SG Gigante, Porto Grande e Falcões, a única marca sem filtro. As duas últimas são marcas próprias da empresa, enquanto que o SG Gigante é produzido a coberto de um contrato de licença. A SCT também distribui, desde Julho de 1998, o Marlboro, importado dos Estados Unidos da América.

A venda das acções do Estado na SCT vai ser conduzida pelo Ministério das Finanças, através do Gabinete das Privatizações. A Bolsa de Valores, enquanto entidade interveniente no mercado de capitais, funciona, juntamente com as instituições bancárias, como intermediário no processo. Deverá, segundo as nossas fontes, coordenar o processo de recolha das ordens e subscrições das acções.

Veríssimo Pinto garante que a BVCV estará operacional no próximo mês de Setembro, devendo a infra-estrutura estar completamente montada até ao fim deste mês. **“Vamos iniciar com as obrigações do Estado, produtos da dívida e fundos de investimentos. Estando estruturado o mercado de dívidas e dos fundos, o passo seguinte será o de estruturar o mercado accionista”.**

VP assevera que o primeiro trabalho a ser feito será passar os títulos físicos em papel para a representação electrónica. Conforme ele, esta operação permitirá não só comercializar os tí-

tulos entre os participantes do sistema como também entre os investidores nacionais e estrangeiros.

Aquele técnico destaca que a aposta principal da Bolsa de Valores de Cabo Verde será formar profissionais de primeira linha. **“Estamos a realizar 20 acções de formação, que contemplam todas as vertentes do mercado. Na próxima semana vamos fazer uma formação sobre “Ofertas públicas de vendas de títulos”. Para a primeira prospecção do mercado, vamos também realizar um mestrado presencial em finanças, em parceria com o ISEG de Portugal”.**

Veríssimo Pinto precisa que o BVCV já realizou várias outros cursos de formação. Um deles foi sobre a **“Codificação Isin”**, ou seja, um conjunto de alfanuméricos que permitem identificar os títulos segundo critérios inequívocos e normas internacionalmente aceites. O mesmo se poderá dizer relativamente a modelos de liquidar e compensar títulos, os quais compreendem o processo de transferência dos títulos e fundos do vendedor para o comprador. A Bolsa ministrou mais duas formações, uma incidindo sobre o **“Sifox”** e a outra sobre a **“Gestão de carteiras”**. Esta última consiste num conjunto de técnicas que permitem combinar os títulos de forma a que se assegure o menor risco para um determinado nível de rentabilidade. Quanto ao **“Sifox”** refere-se ao sistema informático através do qual se pode compensar e liquidar os títulos.

O BVCV irá funcionar com um corpo de três profissionais a tempo inteiro, além de um jurista e dois técnicos informáticos avençados. O objectivo é ter, conforme conclui o presidente do CA, uma estrutura leve, eficiente e com menos custos para o Estado. Alirio Dias de Pina

## OLHARES

## “Ir para fora aqui dentro”

Que o turismo é uma indústria volátil - hoje está aqui, amanhã acolá - todos nós sabemos. E que exige investimentos, para além das infra-estruturas, para os quais fica difícil o país dar resposta adequada, é um facto que também todos conhecemos de cor e salteado.

Assim, se até aqui os hotéis no Sal (só para citar o caso mais turístico do país), puderam dar-se ao luxo de importar frutas e legumes da África do Sul, por exemplo, para dar respostas à exigência da clientela, há outros itens tão importantes para a indústria hoteleira a que estamos longe de dar resposta. A água e energia eléctrica encabeçam esta lista de carências. E, neste capítulo, apesar do muito blá blá, nada de substancial se tem feito a nível das energias renováveis, que muito poderiam contribuir para baratear os nossos custos de produção.

Mas se este é um problema com que há muito aprendemos a conviver, há um outro em que nem sequer pensamos nele. Um problema que tem a ver com um futuro não muito distante, quando Cabo Verde deixar de ser um destino turístico na moda, que, como também sabemos, é coisa passageira. Não me acusem de pessimismo, porque o Rio de Janeiro, a cidade maravilhosa, só a título de exemplo, já perdeu lugar para Fortaleza nos tempos que correm, por causa da violência e não só.

E porque isto, mais dia menos dia, também vai acontecer com Cabo Verde, é urgente conceber-se uma lógica de turismo que possa atrair o turista nacional, que quer conhecer o seu país, quando o visitante estrangeiro bater as asas noutra direcção. Isto porque, o que se vê actualmente, devido aos preços praticados pela **“indústria”** hoteleira, é que o potencial turista nacional é mantido totalmente à margem de um negócio para o qual ele também poderia contribuir e, neste caso, de maneira peregrina.

Mas os preços são de tal forma elevados que o nacional prefere, por exemplo, ir a Fortaleza, como o **CIFRÃO** mostrou no seu número anterior, apesar do custo do bilhete aéreo, do que conhecer Boa Vista, Santo Antão, São Vicente ou outra ilha qualquer que não seja a sua. Sabendo que não é boa política colocar de lado o turista estrangeiro, já que com ele vêm as divisas que tanto bem fazem à economia, é, entretanto, mais que urgente conceber um tipo de turismo para o bolso local, pensando não só no sector propriamente dito como também no papel de integração que ele poderá ter entre os cabo-verdianos.

Nessa matéria há muitos países que nos podem servir de exemplo; Portugal com as suas pouçadas, Brasil ou África do Sul, com infra-estruturas simples, sem grandes investimentos, acessíveis ao médio cidadão. No país de Mandela o governo disponibilizou uma linha de crédito para famílias que queriam melhorar as suas casas e entrar no negócio do turismo familiar. Uma aposta que gera uma fonte de rendimento para essas famílias e dá ao turista nacional, e também ao estrangeiro que quer sair da lógica dos pacotes, uma opção de qualidade e a bom preço.

No Brasil, cuja indústria turística está a ser afectada, actualmente, pela baixa do dólar e do euro, há muito se aposta no nacional. Um exemplo a ilustrar isto é que, ao lado do famoso e caro Beach Park de Fortaleza, há um outro hotel, muito mais barato e com qualidade que satisfaz a quem chega, voltado para o turista local. O espaço está sempre cheio, o que prova que mesmo certos luxos podem estar ao alcance dos menos abonados financeiramente. Basta que alguém olhe para eles como potenciais clientes de um serviço a ser prestado.

Exemplos como o citado acima há para todos os gostos e bolsos. Por isto, está na hora dos operadores cabo-verdianos pensarem nesta sugestão. Para depois não ficarmos de boca aberta, e com grandes infra-estruturas sem utilidade nas mãos, a exclamar: **Ai s'im sabe!**

## FEIRAS INTERNACIONAL E DUTY FREE

A Feira Internacional de Cabo Verde (FIC) está a trabalhar para realizar duas importantes feiras nos próximos meses de Outubro e Novembro. Essas duas feiras devem encerrar as actividades do 30º aniversário da independência nacional.

# Ensaaios

## da 'Zona Franca de Cabo Verde'

A "Feira Duty Free", é a grande novidade da FIC para São Vicente. Com esta primeira feira, segundo o presidente do Conselho de Administração, Amiro Faria, pretende-se aproveitar a lei 83/98 que cria as Zonas Francas e estabelece que alguns produtos podem ser vendidos com franquias comerciais. "Vamos aplicar essa lei e os seus regulamentos. Essa feira vai ser um ensaio para a zona franca e vai acontecer em São Vicente. Digo um ensaio porque a zona franca ainda não existe, de facto, tendo em conta que falta uma lei, que concede incentivos fiscais aos operadores das zonas francas, para que sejam verdadeiramente competitivos", assegura Amiro Faria.

Perfumes, produtos de maquilhagem, máquinas fotográficas, rádios de pequenas dimensões, canetas e lapiseiras de marca, telemóveis, jóias e artigos de seda são alguns dos produtos encontráveis na "Feira Duty Free", a preços que, como Faria perspectiva, serão razoavelmente baixos. "Estamos a contar com 15 expositores das Canárias, que habitualmente vendem esse tipo de artigos e que vão aqui concorrer entre si, e outros tantos nacionais. Também estamos a tentar promover, através da TACV e outras companhias aéreas, excursões para alguns países do continente, concretamente para o Senegal, Guiné-Bissau e Conacri, Gâmbia, São Tomé e Angola", informa Faria.

Para conseguir tal objectivo, prossegue o entrevistado, a FIC está a analisar sobretudo os paí-

ses com ligações directas e/ou mais ou menos frequentes com Cabo Verde e cujos preços das passagens sejam acessíveis. Antecipando possíveis críticas, Amiro Faria explica que a Zona Franca Comercial não é um paraíso de contrabandistas nem um facilitador de vida a uma minoria. A Zona Franca constitui uma oportunidade para atrair a Cabo Verde operadores económicos dos países da vizinha Costa Africana. "Vamos começar com coisas pequenas, mas podemos evoluir inclusive para a venda de automóveis. Queremos estimular a vinda dos nossos irmãos africanos a Cabo Verde, para fazer negócios".

Relativamente à 9ª edição da Feira Internacional de Cabo Verde, marcada para acontecer de 16 a 20 de Novembro, nas instalações da FIC na Lajinha, a Administração do certame ainda está a receber inscrições, daí não poderem avançar o número de expositores aguardados. As expectativas são enormes, sobretudo quanto à presença dos brasileiros que, de acordo com este responsável da FIC, têm manifestado interesse em Cabo Verde. "Enviámos convites para o Brasil, Espanha, incluindo Canárias, e Brasil. No caso do Brasil, em concreto, as nossas expectativas são de que o interesse manifestado em várias ocasiões tenha reflexo nesta feira".

Já em relação a Portugal, a promoção e a divulgação da FIC está sob responsabilidade da sua congénere, a Feira Internacional de Lisboa (FIL). Paralelamente às exposições, e à semelhança de anteriores edições da FIC, haverá um vasto pro-



grama de actividades paralelas organizadas pelas Câmaras do Comércio de Barlavento e Sotavento.

Doze anos passados sobre a realização da primeira feira internacional em Cabo Verde seguida de várias edições posteriores, nove para ser exacto, Amiro Faria garante que a grande lição a tirar desta experiência é que "as feiras são como a pesca artesanal. Não é possível realizar feiras, e com sucesso, sem que haja um desenvolvimento global do país". No caso da Praia, em particular, segundo Faria, neste momento a prioridade são as instalações que, embora não resolvam todos os proble-

mas, favorecem a realização de algumas feiras temáticas. Aliás, a ideia é repor alguns temas que já foram executados com sucesso em São Vicente. "Estamos a dar passos seguros e em frente. Há quem diga que o modelo FIC está esgotado. Mas penso que o país é que tem fracas possibilidades. Exactamente por isso, defendo que devemos voltar para a Zona Franca, onde o mercado é mais vasto e o retorno financeiro paga as despesas e ainda deixa outros ganhos a nível dos hotéis, transportes aéreos e marítimos, de entre muitos outros", arremata.   
Constância de Pina

# TACV com voos lotados para os EUA



Este responsável reconhece, no entanto, que parte dessa demanda está relacionada com as mexidas que a empresa fez nas tarifas, sobretudo no que diz respeito às estadias de curta duração. Esta estratégia está a revelar-se um 'gol de placa' da TACV, ainda que, admite, algo limitativa.

"Os mercados dos EUA, Brasil e Portugal foram eleitos pela TACV como preferenciais nos próximos cinco anos e estamos a investir forte e sério. Mas a grande novidade será, a meu ver, a aposta da empresa no turismo da segunda geração, que consiste em incentivar os filhos de cabo-verdianos a conhecerem o país dos seus progenitores e receberem como bônus, uma passagem grátis para o Brasil", assegura.

A ideia, frisa Andrade, é promover Cabo Verde, aproveitando a rota para o Brasil. Os filhos dos emigrantes que residem na Europa, mais concretamente na Holanda, França e Portugal também não foram esquecidos. A esses, a TACV venderá uma passagem, por exemplo, Lisboa/Brasil, com direito a permanecer uma ou duas semanas em Cabo Verde. "Estamos a contrabalançar o mercado de Cabo Verde, que é extremamente reduzido. Com isso estamos a materializar uma estratégia definida pela empresa e que é transformar Cabo Verde num centro de geração de tráfico. Queremos que Cabo Verde seja um circuito.

Constância de Pina

A companhia aérea nacional iniciou na passada sexta-feira, 22, uma forte campanha de publicidade dos seus voos para os Estados Unidos da América. O objectivo, segundo o director comercial da TACV, Raul Andrade, é mostrar aos cabo-verdianos que ainda vão a tempo de programar as suas férias nos EUA. A campanha surge cerca de três semanas depois da empresa começar a voar para as terras do Tio Sam em aparelhos próprios e numa altura em que, segundo Andrade, pelos menos os três primeiros voos se encontram lotados.

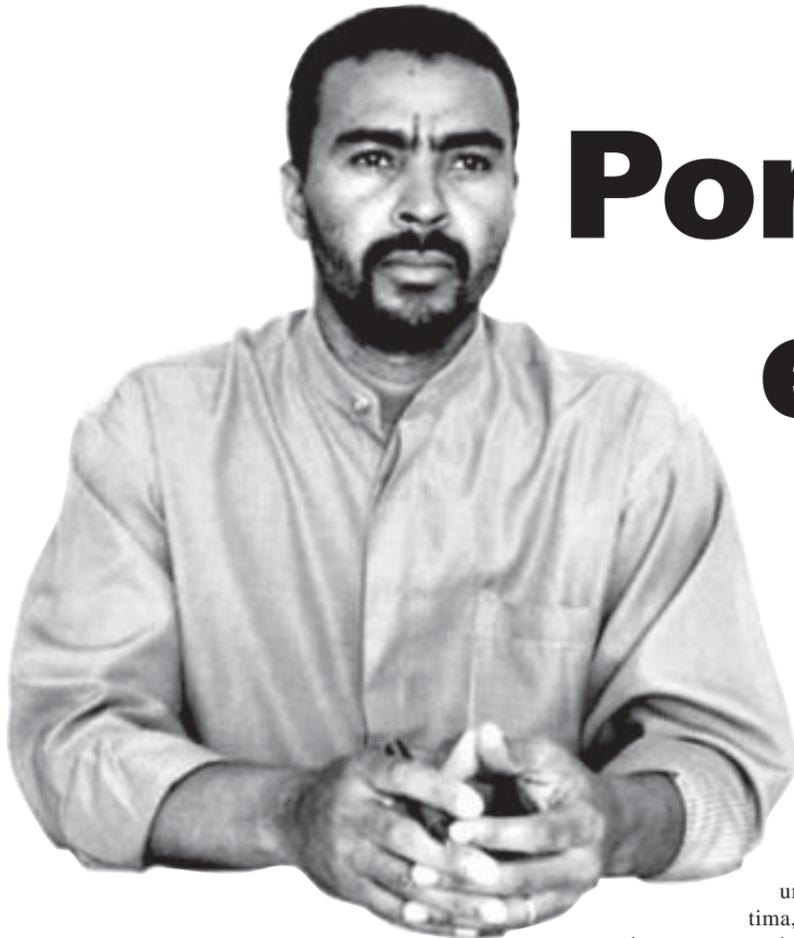
O primeiro voo da TACV nesta sua nova largada acontece no próximo dia 2 de Agosto, terça-feira, a bordo de um 767, num aparelho de 275 lugares. Os voos subsequentes estão agendados para os dias 9, 16 e 23 do mesmo mês e, de acordo com o director comercial da empresa, estão praticamente fechados. "As primeiras três semanas já estão cheias, sobretudo no sentido Cabo Verde/Estados Unidos. Exactamente por isso, pretendemos arrancar com uma campanha semelhante na América", afirma Andrade, para quem não obstante o lançamento tardio deste voo, a reacção do público tem sido muito positiva.



# Farol das Ilhas

SEDE: Telefone: (238) 2324414 / 2324515 • Fax: (238) 2324337 / 2322170 • Email: enapor@mail.cvtelecom.cv — PORTO GRANDE: Telefone: (238) 2324414 / 2324515 • Fax: (238) 2321433 • Email: portogrande@enapor.cv — PORTO DA PRAIA: Telefone: (238) 2633338 / 39 / 40 / 41 • Fax: (238) 2633899 • Email: portopraia@enapor.cv

*Com a vila a ascender à categoria de cidade no próximo mês de Setembro, o Porto do Porto Novo (PN), de Santo Antão, está a beneficiar de investimentos consideráveis, para a sua expansão e melhor funcionamento. Além da via de acesso alternativo que se encontra numa fase avançada de construção, a Enapor deverá concluir, nos próximos meses, o estudo para o Plano Director dessa infra-estrutura, que prevê o seu alargamento.*



## Porto Novo em expansão

gar o cais número 2 para 50 metros, construir um molhe acostável de cerca 120 metros à frente do cais número 2, bem como uma gare marítima, um parque de estacionamento e a via alternativa de

acesso ao cais, actualmente em construção. A via alternativa de acesso ao cais do PN encontra-se, por seu turno, em fase avançada de construção. Executada pela Firmotec, a mesma é financiada pela Enapor, num montante inicial que ronda os 54 mil contos cabo-verdianos. Tem como objectivo principal o descongestionamento do acesso ao Porto, o aumento da segurança na circulação de viaturas e outros bens de e para o porto e o acesso à futura estrada que liga Porto Novo ao interior de S. Antão.

Conforme o apurado por "Farol das Ilhas", a nova rodovia terá cerca de 300 metros de comprimento e uma largura que varia entre os 6 e os 20 metros, aproximadamente. Além de albergar viaturas estacionadas pelo lado direito em toda a sua extensão, ela terá um parque de estacionamento de raiz para cerca de 20 viaturas. A mesma será pavimentada com paralelos e complementarmente a actual estrada será beneficiada no geral, o que proporcionará uma maior fluidez ao tráfego tanto na entrada como na saída do porto, além de criar mais espaços para estacionamento de veículos fora do cais.

Para o fiscal Carlos Gomes, embora a obra esteja parcialmente atrasada, ela está ainda dentro do prazo de execução, apazado para meados do próximo mês de Agosto. "Com vista a introduzir melhorias tanto para a ENAPOR, no concernente aos aspectos de exploração do porto, segurança das operações e sintonia com os planos futuros para este porto, como para os ensejos da Câmara Municipal no tocante à concordância entre a futura via de acesso

ao porto e a actual via que liga a futura cidade do Porto Novo ao interior da ilha, o projecto inicial foi modificado. Isto alterou o volume de trabalho anteriormente previsto, o que poderá influenciar no cumprimento do prazo inicial de entrega da obra".

Além de garantir emprego a muitos jovens, Manuel Ramos perspectiva que a expansão do cais terá grande impacto para o desenvolvimento de Santo Antão e do Porto Novo, em particular. "Levando em conta o aspecto actual de funcionamento deste Porto, tudo o que é feito para aumentar a fluidez no acesso de pessoas e bens de e para as instalações portuárias, melhorar a produtividade e segurança nas operações de movimentação de carga, navios, veículos e passageiros, tem efeito local e directo no aumento da eficiência e economia nas trocas comerciais, actividades turísticas e de serviços, transporte marítimo e rodoviário, etc. Daí que a nova via vai dar um impulso importante nas actividades mencionadas, com os consequentes efeitos a nível social, contribuindo assim para o desenvolvimento da Vila/Cidade do Porto Novo".

Ainda assim, Manuel Ramos defende ser necessário criar infra-estruturas complementares ao porto, para satisfazer o tráfego Ro-Ro e o incremento da fluidez, segurança e segregação do movimento de pessoas e bens que se regista actualmente no Porto Novo.

O Delegado do PN salienta, por isso, existir constrangimentos vários nessa infra-estrutura portuária. São os casos de falta de espaço para movimentar cargas dos veículos para os navios, para o estacionamento de viaturas e máquinas dentro e fora do porto, para a unitização de mercadorias e estacionamento dos contentores. Manuel Ramos destaca a necessidade de uma gare marítima para separar o fluxo de passageiros do de carga e assim oferecer conforto e segurança aos passageiros que são desembarcados em lanchas dos navios cruzeiros que ficam no fundeadouro. Aquele responsável aponta ainda insuficiências na movimentação de combustíveis de e para os camiões e destes para os armazéns, assim como na bombagem dos mesmos a granel para os "depôts" que

ficam dentro da área portuária. Isso sem contar com a exiguidade da actual estrada de acesso ao porto e a necessidade de se concluir a via alternativa cujas obras estão em curso.

O Porto Novo está, segundo Ramos, a conhecer um desenvolvimento acelerado, devido sobretudo ao movimento diário de um número considerável de pessoas e cargas entre S. Vicente e Santo Antão. "Em 2004 recebemos 1.205 navios, perfazendo cerca de 1.705.095 Toneladas de Arqueação Bruta, nos quais foram movimentados 70.525 toneladas de carga, mais de 200 mil passageiros e 6.231 veículos".

O cais do Porto Novo foi construído em 1962 e pode receber navios de passageiros de até 8.000 Toneladas de Arqueação Bruta, atracados, e outros maiores, em fundeadouros. Dispõe de dois molhes de acostagem, sendo o principal formado por um único berço de atracação de 133,6 metros de comprimento, 9 de largura e 6 de profundidade. O outro berço tem 129 metros de comprimento e uma largura que varia dos 30 aos 50 metros. O segundo molhe é subdividido em berço de atracação n.º 2 e berço n.º 3, cujas profundidades variam dos 2,5 a 4,5 metros de profundidade.

Sobre a plataforma de implantação dos berços 2 e 3, existe um edifício administrativo que alberga todos os serviços portuários e opera com um staff de 13 pessoas e um armazém de mercadorias de 450 m<sup>2</sup> que, por sua vez, possui uma subdivisão utilizada como alpendre para arrecadar os equipamentos. O porto ainda é dotado de dois "pipelines", que permitem a descarga de combustível a granel, desde os navios atracados no cais n.º 1 até aos "depôts" da Enacol e da Shell. Para a operação de navios Ro-Ro, o mesmo possui uma rampa provisória, que tem sido utilizada desde os finais de 2003. "Contudo, levando em conta a nossa disponibilidade em operar 24 horas por dia e 365 dias por ano, as taxas de ocupação portuárias rondam os 6% para os berços 2 e 3, 15% para o n.º 1, que é maioritariamente ocupado por um dos ferry-boats, e cerca de 1% por navios de longo curso", conclui o Delegado do Porto Novo.

# Turistas começam

A praia cheia acusa a chegada dos turistas e de facto, em hotéis maiores como Dja d' Sal, a taxa de ocupação já ronda os 70 por cento, representando quase 300 clientes. Também nos dois hotéis do grupo Oásis, NovoHorizonte e BeloHorizonte diz um dos seus dirigentes, Paulo Ribeiro, **“temos casa cheia. E Agosto perspectiva tempos ainda melhores, pelo menos para esses dois”**. Enquanto o Dja d' Sal conta melhorar os seus números, os hotéis Oásis já fazem as contas de um ano recorde, sendo que Setembro também é certeza de **“casa cheia”**, o que regista uma performance melhor do que o ano de 2004.

Companhias aéreas como a Air Luxor já anunciaram o aumento de um para três voos semanais nesta época, em vigor desde a semana passada, com cerca de 140 passageiros por voo, enquanto agências turísticas como A CVTS também dão previsões optimistas. Sem avançar com números, Romina Carneiro, representante daquela agência, diz que têm trabalhado com um bom número de turistas, sobretudo portugueses, número que esperam ver aumentado a partir de Agosto. Mas Romina Carneiro vai comentando que os turistas preferem os grandes hotéis, pois estes, por vezes, possuem os seus próprios voos charters, o que lhes permite garantir preços mais competitivos, já que **“só o preço que os turistas pagam com as deslocções é mais caro do que os pacotes tudo incluído”**, salienta. Carneiro aconselha por isso os hotéis médios e pequenos a se juntarem para **“discutir a sua sobrevivência e levar as suas preocupações às instâncias competentes”**.

É que contrastando com este cenário de sucesso, os hotéis de médio e pequeno por-



*O Verão está aqui e com o sol aumentam tam  
que querem que seja ao mesmo tão bem con  
prática a expectativa só se comprova em rela  
e a rezar para que as coisas mudem e depres  
na mesma no que toca a vendedores ambul*

POR: KAUNDA SIMA

te como o Leme Bedje queixam-se de menor sorte, e mostram uma taxa inferior aos 50 por cento, muito abaixo da registada em Julho do ano passado. E nem o aproximar

de Agosto anima Carlos Santos, gerente do hotel, que prevê um pequeno aumento, mas, ainda assim, menor do que 2004. Daí os que conseguem ultrapassar a barreira dos

50 por cento, caso do Odjo d'Água com uma taxa a aproximar os 61 por cento, se darem por satisfeitos. De acordo com informações da recepção do estabelecimen-

## Cresce especulação investimentos imobili

O negócio imobiliário dedicado a turistas está em crescendo em Cabo Verde, e no Sal. Com vários projectos recentemente anunciados ou já em curso, mais investimentos são ainda esperados. Já se comenta a entrada de um grupo de ingleses querendo investir, também na hotelaria, na Ponta Preta, o que, de acordo com agentes imobiliários e gente ligada ao turismo, pode não só gerar uma especulação excessiva sobre o preço dos terrenos como também trazer consequências negativas para a qualidade de vida da população da ilha.

Basta ver o grande número de novos investimentos a serem anunciados todos os dias. É o futuro Dja d' Sal Residence. É o Leme Bedje Residence, o projecto do Marine Resort e Residence da Global, na baía da Murdeira. É o projecto da Turinvest Holding para a Pedra de Lume, ava-

liado em cerca de 90 milhões de euros. É inclusive, a Murdeira Village, antigo aldeamento turístico da Murdeira pertencente ao grupo Turim, a fazer um grande esforço, isto associado a uma estratégia de mudança para chegar mais perto dos potenciais compradores estrangeiros. Isso quando, segundo o seu director comercial, José Carlos Santos, a Turim, empresa pioneira no sector imobiliário no Sal, até aqui, vinha trabalhando, quase que exclusivamente para o mercado nacional.

E se não bastam esses exemplos para mostrar que o negócio imobiliário para os estrangeiros está a aumentar, estão agências imobiliárias como a **“Oceano Azul”** do italiano Renato Evarchi para comprovarem o interesse dos estrangeiros por investir em imóveis no Sal. **“O negócio tem melhorado muito em relação ao ano passado”**, afir-

ma Evarchi sem especificar números. E boa parte desses compradores são ingleses, conforme revela. Satisfeito portanto, está ele com o súbito interesse dos ingleses em investir em Cabo Verde, como faz prever o possível interesse dos britânicos em entrar no ramo hoteleiro. António Loureiro, o Canário que é um dos gerentes da Cabocan empresa que controla o negócio da vendas de terrenos na zona da Ponta Preta, confirma negociações com um grupo inglês que quer comprar terrenos para construir um hotel de porte idêntico ao tão já propalado Hotel Riu-Funaná. Mas Loureiro não escusa de aconselhar prudência já que o negócio não está concluído.

A euforia do empresário Canário é contida pela preocupação do que poderá vir a significar em termos de inflação a inserção da libra esterlina no mercado imobiliário

# m a chegar

também as expectativas dos operadores turísticos quanto ao desempenho deste Verão de 2005 em relação ao de 2004. E se no final do ano passado, a certeza era de um ano bom para o turismo, na opinião dos operadores maiores, porque os hotéis de médio e pequeno porte continuam a penar em Agosto, já em Agosto, pois só assim poderão salvar o seu ano. Enquanto isso, tudo continua igual aos anos anteriores que, segundo operadores e os visados "massacram os turistas".



to, o mês de Agosto não parece vir a alterar em muito essa situação.

Para Carlos Santos a explicação está no facto de que os grandes hotéis trabalham

em regime de clubes, com grandes **tour operators** que por seu turno têm numerosos clientes. "Por isso se não conseguimos uma estratégia diferente de marke-

ting que nos permita actuar em conjunto, estamos mal", sentencia.

## E LÁ VÊM OS VENDEDORES AMBULANTES

Com o aumento do fluxo turístico na Praia de Santa Maria cresce também o número dos vendedores ambulantes e intensificam-se as reclamações por parte de hotéis, agências, restaurantes, lojas e dos próprios turistas. Esses vendedores, como já foi inúmeras vezes documentado, são na maioria cidadãos de países vizinhos africanos, sobretudo senegaleses.

Todos os hotéis contactados dão conta de inúmeras reclamações de seus clientes que não suportam serem permanentemente assediados, onde quer que estejam e a qualquer hora do dia ou da noite, por pessoas que lhes querem impingir coisas em que não têm o mínimo interesse. "Temos muitas queixas da nossa clientela da venda ambulante. Isso foi minimizado com algumas medidas no ano passado, nomeadamente alguns repatriamentos após aquele incidente que envolveu alguns desses vende-

dores com a polícia, mas já se percebe que volta a intensificar", opina.

O representante da UNOTUR, União Nacional dos Operadores Turísticos, Nelson Évora, reforça essa preocupação. A situação da segurança já foi normalizada e devemos parabenizar a polícia por isso, mas já o assédio aos turistas está péssimo", assegura Évora.

Sobre a questão Mário Lopes comandante da esquadra de Santa Maria, afirma que se comparada a algum tempo atrás, "a situação está sob controlo". Pelo menos quando a polícia está na praia eles desaparecem, nós temos diariamente três policiais fazendo ronda na praia. "As pessoas não podem esperar que fiquemos 24 horas na praia, quando temos que patrulhar também a vila e outras diligências por fazer", responde.

O comandante de Santa Maria acha, aliás, que "a fiscalização terá que ser feita por fiscais da câmara, pois este não é o papel da polícia", sentencia. Mesmo assim, Lopes adianta que 80 por cento das actividades da POP na vila turística resumem-se justamente à patrulha na praia de Santa Maria.

# sobre imobiliários

cabo-verdiano, "uma moeda muito forte". E tem uma outra situação que são os preços dos imóveis que tendem a aumentar. "Isso não é uma coisa positiva, porque quando tem muita especulação, aumenta o custo de vida, o que vai aumentar o fosso social", realça.

Uma outra fonte ligada ao turismo comenta, sob anonimato, o aumento desse tipo de investimentos, que, de facto, tende a aumentar a especulação sobre o mercado imobiliário. Essas coisas são normalmente fenómenos muito ligados à moda e temos que tomar cuidado para não deixar fugir do controlo esta situação. Não vá acontecer como nas Canárias. "É que depois de criarmos verdadeiros elefantes brancos, com a saturação do mercado, vamos ter depois que deitar abaixo algumas infra-estruturas para voltar a tomar o destino aprofundável...", adverte. KS



## CONFERÊNCIA SOBRE TURISMO RURAL EM SANTO ANTÃO



# Oportunidade para se perceber essa alternativa

No momento em que as chuvas escasseiam, com claros prejuízos para a agricultura, um grupo de amigos de Santo Antão quer reunir numa mesa gentes de diversas procedências para encontrar alternativas ao desenvolvimento das ilhas de vocação agrícola. E é neste sentido que eles pretendem promover uma conferência em Santo Antão sobre o desenvolvimento do turismo rural e de aventura, para perceberem de que forma esse segmento **"tende a jogar um papel de capital importância para o crescimento da economia cabo-verdiana nos próximos anos"**, como afirma um dos promotores da iniciativa, que pediu anonimato porque prefere **"não assumir qualquer protagonismo"**.

Em concreto, esse projecto objectiva lançar ideias lúcidas no sentido de transformar as propriedades agrícolas, algumas delas **"moribundas"** ou abandonadas, em pólos turísticos dos meios rurais. Isto é, locais onde os aventureiros podem não só acompanhar as formas tradicio-

nais ou modernas de produção agrícola, apreciar um sumo de fruto natural, conhecer pratos da gastronomia regional, como também ter uma alternativa para hospedagem. Nessa perspectiva, as casas das propriedades rurais poderão funcionar como pousadas para quem gosta de fazer longas caminhadas e conhecer os vales e montanhas de ilhas como Santo Antão.

Outra ideia que os promotores da conferência querem aprofundar é como fomentar imobiliárias rurais, para criar conjuntura e induzir as pessoas a construir em zonas mais afastadas. No fundo, será um modo de **"transferir"** para o campo iniciativas empresariais privadas que têm sido bem sucedidas nos centros urbanos do país, nomeadamente com os projectos **"Cidadela"** na Praia, **"Copacabana"** em São Vicente e outros.

Essas são bases de um projecto para o qual esses amigos de Santo Antão estão a convocar todos os **"cabo-verdianos de boa vontade e verdadeiramente apostados no futuro de de-**

**envolvimento económico de Cabo Verde, independentemente da sua cor política"**, pois o importante, neste momento, é definir um caminho para o turismo rural e de aventura, e os benefícios que esse tipo de actividade pode trazer para o país.

Desde logo, pensam que o incremento de iniciativas credíveis no campo para atrair turistas deverá contribuir para criar melhores empregos nas zonas afastadas das urbes, diminuir o êxodo rural, promover o intercâmbio cultural, diversificar a oferta turística no país. Outrossim, dessa mesma movimentação podem resultar estratégias para preservar os recursos naturais e ambientais, melhorar as infra-estruturas de transporte, de comunicação e saneamento, entre outros aspectos positivos para as comunidades rurais.

Na verdade, parece claro que os promotores da conferência ambicionam encontrar fórmulas para impulsionar esse segmento do turismo, tan-

*Amigos de Santo Antão lançaram a ideia de, até ao final deste ano, se discutir o turismo rural e de aventura e a iniciativa teve pronta adesão de pessoas em Macau, Portugal, França, Alemanha e em outros países europeus. Na verdade, pensam os organizadores que esta é uma oportunidade não só para se esboçar uma componente turística para as propriedades agrícolas, mas também para definir fórmulas estruturadas de aproveitar as variedades paisagísticas de ilhas como Santo Antão, Fogo, Santiago, São Nicolau, Brava.*

to no país como no exterior. Aliás, verifica-se que os turistas franceses, alemães, espanhóis e de outros países da Europa ocidental gostam desse tipo de aventura e, desde que haja condições mínimas, as ilhas de Santo Antão, Fogo, São Nicolau, Santiago ou Brava podem ser um destino para os apreciadores quer do **tracking** de alguns tipos de desportos radicais quer das variedades paisagísticas e dos ares do campo.

E porque desejam que haja uma participação alargada nos preparativos e na própria conferência, os organizadores criaram até um portal na Internet ([www.portalada.com](http://www.portalada.com)) para difundir a ideia.

De referir ainda que se trata da iniciativa de um grupo de pessoas que espera contar com contributos vários para poder pôr de pé o projecto. Para já, mostram-se satisfeitos com a adesão de pessoas de Macau, Portugal, França, Alemanha, além das entidades oficiais.

João Almeida Medina

## ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NA BOA VISTA

# Italianos "incham" preço dos terrenos

Os terrenos para construção de moradias, blocos de apartamentos e ou empreendimentos turísticos na Boa Vista estão pela hora da morte, e o que era antes um mero termo económico - especulação imobiliária - faz agora parte do dia-dia dos boavistenses. Cidadãos comuns, técnicos e imobiliárias responsabilizam os estrangeiros, sobretudo os italianos, pela valorização excessiva dos terrenos numa ilha onde a procura supera de longe a oferta.

Com a autoridade de quem trabalha há vários anos nesta área, Irlando Andrade, da Baía Sal Rei, empresa de prestação de serviços na área imobiliária, é categórico ao afirmar que a especulação imobiliária surgiu na Boa Vista depois que os italianos começaram a se interessar por este sector. "Estamos a falar de uma ilha com pessoas cujo único recurso é um pedaço de terra que compraram ou receberam de herança. Os italianos oferecem valores astronómicos por esses terrenos, sobretudo os com uma situação geográfica privilegiada. Tenho conhecimento de casos de pessoas que venderam um metro quadrado de terreno por 15, 20 mil escudos. Por causa disso, hoje os melhores terrenos da ilha estão nas mãos dos italianos, que constroem ou vendem esses lotes lá fora por valores que correspondem a três ou quatro vezes o pago ao nacional".

O mais grave, de acordo com Andrade, é que é habitual o comprador estrangeiro depois de adquirir o terreno a um natural da ilha, pedir que este lhe passe uma procuração para agilizar o processo de legalização. Só que, com essa procuração nas mãos, os estrangeiros têm vindos a elaborar projectos, a construir e a vender, em nome do antigo proprietário do lote, a edificação por preços altíssimos, sem deduzir os impostos correspondentes. "Todos os boavistenses conhecem e criticam essa prática, que lesa o país e em particular o

município, mas ninguém tem coragem de denunciar. A própria Câmara Municipal sabe desta 'fuga camuflada ao fisco' só que não consegue controlar essa especulação e/ou não quer se queimar", critica Andrade, para quem ao Boa Vista poderia ser a ilha mais rica do país se controlasse as negociatas paralelas de terrenos.

O mais grave, prossegue a mesma fonte, é que a Câmara, conhecedora da situação, vende terrenos a estrangeiros por tabela - o metro quadrado de terreno por tabela varia entre 700 e mil escudos -, que depois são alienados como simples lotes por valores que se aproximam dos mil euros, mais de cem contos cabo-verdianos, o metro quadrado. "Essa gente chegou aqui, percebeu as potencialidades da ilha e adquiriu os melhores lotes. E a Câmara vendeu a todos os que quiseram comprar, sem discriminação. Só que hoje é impossível voltar atrás. Mas ainda continuam a comprar terrenos em nome de outras pessoas, socorrendo-se de procurações", revela Andrade, para quem esta situação só veio a lume porque a Câmara já não tem lotes para vender.

Embora o mercado da Boa Vista seja demasiado pequeno, Bertoni Luciano, gerente da Boa Vista Construção, admite que não enfrenta grandes dificuldades para adquirir terrenos, inclusive na Câmara Municipal. "Normalmente compramos terrenos na Câmara e construímos apartamentos que são depois vendidos na Itália. Mas também compramos de privados que, claro, são mais caros", assegura este italiano, que diz estar há sete anos na Boa Vista e que sempre comprou terrenos na Câmara e foi tratado de igual para igual, em relação aos locais.

E não é por acaso que, frisa Bertoni Luciano, neste momento a Boa Vista Construção tem em construção um con-

junto de 17 apartamentos e um outro de 38 apartamentos, todos na Praia de Cabral. Boa parte dos terrenos que a empresa utiliza foram comprados na Câmara, com base na tabela em vigor, ou seja, por mil escudos o metro quadrado, salvo o campo de futebol que, frisa, foi arrematado por 70 mil contos. "O estádio de Sal-Rei foi colocado em hasta pública nos primeiros dias de Maio e arrematámos esse terreno, que mede pouco mais de 19 mil metros quadrados, por 70 mil escudos", frisa.

É aqui que a "porca torce o rabo" porque, segundo o presidente da Câmara Municipal da Boa Vista - ver entrevista "Boa Vista está na moda" -, "o estádio está à venda em regime de short list, um método aplicado na gestão moderna. Entretanto, ainda não foi arrematado porque o prazo termina a 31 de Maio". Também Andrade se mostrou surpreso com a anunciada compra do estádio pela "Boa Vista Construções" porque, afirma, tem um cliente interessado no terreno e não soube da hasta pública.

Sobre este assunto em particular, importa realçar que a Câmara Municipal se reuniu antecipadamente com a população desportiva da ilha e esta foi informada da necessidade de se deslocar o estádio de futebol para outra zona. É que, segundo uma fonte da Câmara, em termos técnicos o actual estádio está numa zona baixa onde é preciso um grande investimento para se fazer uma fundação conveniente. Em jeito de exemplo, a mesma fonte lembra que, quando chove, o campo fica impraticável por vários dias. Por isso, prossegue, a Câmara decidiu transferir o estádio para a zona de Salinas e, com o dinheiro da venda, construir uma estrutura condigna, inclusive com relva sintética.

Constância de Pina

**NELSON RAPOSO BERNARDO**, responsável da sociedade de advogados RB&A

*Depois de marcar presença em Portugal e Espanha, o escritório de advogados Raposo Bernardo & Associados chega a Cabo Verde ainda neste Verão. A informação foi avançada pelo “partner” principal dessa sociedade de advogados vocacionada para o apoio às empresas e operações comerciais e de investimento, em Portugal e no estrangeiro.*

Por: AIDÊ CARVALHO

## “Cabo Verde é a nossa próxima aposta”



**- Qual é o vosso objectivo em investir em Cabo Verde?**

- O nosso objectivo não é concorrer com quem for, mas sim trazer investimentos para países de língua e expressão portuguesa e neste caso para Cabo Verde, nos sectores de infraestruturas, saneamento básico, saúde, turismo e construção civil. Os nossos serviços abrangem a componente legal, contabilidade, fiscalidade, alguma estratégia de mercado, para além de acompanhamento em contactos úteis para o desenvolvimento dos negócios dos nossos clientes. Temos presença ibérica em algumas cidades de Portugal e Espanha, sendo que Cabo Verde é a nossa próxima aposta.

**- Porquê a escolha de Cabo Verde?**

- Por várias razões. Primeiro, por causa da posição geográfica, devido à sua proximidade com a União Europeia. Segundo, pelo desenvolvimento económico e por outro lado, acresce ainda, embora com uma importância decisiva, o elevado nível cultural e educacional que o povo cabo-verdiano revela. Esta trata-se, seguramente, de uma condição fundamental na decisão de investimento de qualquer empresário ou gestor.

**- O que pretendem em relação a este arquipélago?**

- Pretendemos dois aspectos fundamentais: Uma aproximação cada vez mais com a U.E e por outro lado apostamos em área de desenvolvimento social. Não é só fazermos trabalho de advocacia mas sim captar investimentos estrangeiros e trabalhar nas áreas de desenvolvimento social, contribuindo para o desenvolvimento desses países e neste caso concreto Cabo Verde.

**- Espanha foi o primeiro passo da vossa internacionalização. Desde quando têm presença naquele país? Que tipo de clientes têm?**

- Exactamente. Trabalhamos com regularidade com o mercado espanhol há cerca de dez anos. A intensificação dessa actividade exigiu a abertura de escritório próprio em 2003, em Madrid. O nosso escritório naquela cidade espanhola tem servido como plataforma de intercâmbio para os negócios ibéricos e, a partir deste centro, também para o Brasil e África. A nossa carteira de clientes é muito diversificada, abrangendo desde grandes grupos a PME. As áreas de actividade jurídica, em Espanha são fundamentalmente os investimentos estrangeiros, comerciais, sectores regulados, societário, fusões e aquisições, “private equality”,

laboral e fiscalidade.

**- Que oportunidades de investimento para empresas portuguesas vê em Cabo Verde?**

- Cabo Verde apresenta-se para o investidor externo como um mercado extremamente interessante, por conciliar uma localização geográfica excelente, como plataforma entre a África Ocidental, a Europa, a América do Sul e a América do Norte. Por outro lado, as políticas de abertura ao investimento estrangeiro começam a dar os seus resultados, decorrentes da criação das necessárias condições legais, fiscais e mesmo políticas, que se têm revelado extremamente favoráveis ao investimento externo.

Estando esgotadas parte das privatizações em sectores essenciais da economia, vemos muito interesse em sectores estruturais, que contribuam para o desenvolvimento local. A política da nossa sociedade sempre foi de longo prazo, pelo que não

elegemos os sectores de riqueza imediata e fácil como os prioritários. Pelo contrário, privilegiamos o apoio legal a projectos em sectores como as infraestruturas, a construção, o ambiente, os transportes e logística, o turismo e o financeiro e bancário. Cremos que estes serão os sectores onde nos próximos dez anos há muito para realizar e gostaríamos de estar envolvidos nos projectos estruturais que hão-de deixar marcas no desenvolvimento deste país.

**- E em termos de contactos no nosso país?**

- Já temos muitos contactos. O nosso escritório vai dar já formação para os quadros do Banco Central de Cabo Verde sobre o acordo de Basileia II. Neste momento estamos em contacto com reguladores de Cabo Verde, entidades oficiais e com empresas para apresentarmos esta potencial parceria com os investidores.

Já tivemos uma reunião com o Senhor Basto-

nário da Ordem dos Advogados, que manifestou a máxima cordialidade e receptividade para com a nossa instalação em Cabo Verde. O mesmo sucedeu com mais de uma dezena dos colegas com quem tivemos oportunidade de reunir. Para nós é importante sentir essa abertura; não hesito em dizer que revela um superior sinal de inteligência.

**- Para quando é que os clientes em Cabo Verde poderão contar com os vossos serviços?**

- Desde já. Neste momento estamos em processo de selecção em Cabo Verde, bem como de instalação física. A partir do momento em que isto aconteça, durante o Verão, vamos começar a executar o projecto.

**- O que pensam encontrar no mercado em Cabo Verde?**

- A nossa filosofia é de longo prazo. Entramos neste país com muita humildade e com muito respeito pela advocacia local. Esperamos encontrar muito trabalho para conseguirmos vingar. Mas tem sido sempre esse o nosso lema, onde quer que estejamos: muito trabalho. Por outro lado, encontraremos também muitos amigos. De certo modo, é um prazer vir reencontrar, alguns anos depois, amigos que foram meus alunos na Faculdade de Direito de Lisboa e hoje são advogados ou altos quadros em Cabo Verde. É isso que pensamos encontrar.

**- A expansão continua ou pára por aqui?**

- O nosso escritório tem a sede central em Lisboa. Em 2002 abrimos escritório no centro de Madrid. Em 2004 no Algarve, ao sul de Portugal. Já em 2005 no Porto, no norte do país. Agora estamos a iniciar a nossa introdução em Cabo Verde. Em termos de expansão em África prosseguiremos em Moçambique, onde estamos a tomar uma posição de destaque no mercado da advocacia local, e que em breve será devidamente anunciada.

Fecharemos o nosso círculo de África no início de 2006, com algum tipo de intervenção em Angola, São Tomé e na Guiné-Bissau. A nível europeu, a nossa dimensão permite-nos desenvolver alguma presença no leste, em países como a Eslováquia, Hungria e outros da mesma zona geográfica e com idêntico perfil. Mas é preciso ter em consideração que a nossa internacionalização se fará através de escritórios próprios, com meios humanos nossos, meios técnicos nossos e instalações nossas. Não se trata de qualquer rede de correspondentes.



**“É preciso ter em consideração que a nossa internacionalização se fará através de escritórios próprios, com meios humanos nossos, meios técnicos nossos e instalações nossas. Não se trata de qualquer rede de correspondentes”.**

## CABO VERDE E EUROPA DO SUL

# As vias de uma cooperação durável

“Cabo Verde e Europa do Sul: As vias de uma cooperação durável” é um projecto que está a ser desenvolvido em Barlavento, com a contribuição técnica e financeira da “PRO INVEST”, programa da União Europeia/ACP para a promoção de investimentos e transferência de tecnologia nos países da África, Caraíbas e Pacífico. Este projecto resulta da parceria entre a Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de Barlavento (CCIASB), e a Eurobic Toscana Sud (Agência de Desenvolvimento Territorial sediada na Toscana - Itália), a Agate (Agência de Desenvolvimento Económico de Tarn, França) e o CEEI (Centro Europeu de Empresas e Inovação da Galiza, Espanha).

Estabelecer sociedades entre micro, pequenas e médias empresas do norte do país, com projectos nas áreas de turismo rural, eco-turismo e indústria alimentar tradicional - pesca, agricultura e pecuária -, e empresas europeias da Itália, França e Espanha; e criar ferramentas de cooperação, informação e promoção que favoreçam o desenvolvimento do sector privado. Estes são os objectivos preconizados pelo “Cabo Verde e Europa: As vias de uma cooperação durável”, projecto orçado em mais de 120 mil euros (mais de 13 mil contos cabo-verdianos), dos quais 60 mil foram disponibilizados pela “PRO INVEST”, tendo os parceiros e empresas contribuído com 40 e 11,9%, respectivamente.



“Recebemos um total de 25 projectos de 21 promotores das ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau. Desses foram seleccionados os 15 com maior potencial para o estabelecimento de uma cooperação. Neste momento estão a ser reunidas informações mais detalhadas sobre os projectos pré-seleccionados, que serão apresentadas às empresas europeias interessadas”, explica Adriano Cruz, Se-

cretário-geral da CCIASB, realçando que as parcerias podem ser de ordem financeira, técnica, tecnológica, transferência de know-how, acordos comerciais, joint-ventures, e outras.

Para Novembro próximo, estão previstas missões temáticas durante as quais as empresas europeias visitarão, por um período de cinco dias, as suas congéneres cabo-verdianas, cujos projectos foram seleccionados para o estabelecimento

de acordos de cooperação. A expectativa da Câmara do Comércio é que, no âmbito desses acordos, surjam novos projectos conjuntos entre as empresas nacionais e europeias, cujos financiamentos poderão contar, com apoios dos parceiros - Eurobic, Toscana Sud, Agate, CEEI e CIIASB - encontrados junto do “PRO INVEST”.

Constância de Pina

## FORMAÇÕES PROFISSIONALIZANTES

# Jovens do Fogo beneficiam de projectos de carpintaria e marcenaria

O Centro Concelhio de Alfabetização de São Filipe pretende implementar um projecto na área de carpintaria e marcenaria, beneficiando 15 jovens que frequentam ou já concluíram círculos de cultura. O projecto, cujo arranque está apazado para o mês de Outubro, após a azágua, terá a duração de cinco meses e está orçado em 900 contos, financiados pela Direcção-Geral de Alfabetização e Educação de Adultos.

Os candidatos a carpinteiro/marceneiro foram seleccionados, na sua grande maioria, no interior da ilha do Fogo - Cova Figueira, Patim, Salto, Luzia Nunes e Monte Tobar -, zonas agrícolas por excelência, o que acabou por condicionar o início da formação ao término do período de azáguas, isto é, a primeira quinzena de Outubro. O objectivo deste curso, segundo o orientador pedagógico da Alfabetização em São Filipe, é incutir nos jovens, inclusive alguns que já têm prática de carpintaria/marcenaria, informações que lhes permitam entrar no mercado de trabalho sem nenhuma contrariedade.

“Escolhemos esta formação porque carpintaria/marcenaria é uma área que carece de profissionais com uma classificação adequada. No término deste curso, cada formando receberá um kit de ferramentas, avaliado em 15 mil escudos, que facilitará a integração dos mesmos no mercado de trabalho”, completa António Alberto Lopes.

### MANUTENÇÃO E TURISMO EM SÃO VICENTE

Enquanto isso, em São Vicente acontecem dois cursos profissionalizantes nos domínios da manutenção industrial e turis-



mo, promovidos pela Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de Barlavento. O primeiro preconiza a criação de um sistema produtivo forte e dinâmico assente na valorização do capital humano e o segundo, Capacitação de Guias de Turismo, é tido como um sustentáculo para o futuro da economia de Cabo Verde.

A justificação para esses cursos de Manutenção Industrial e Turismo vem de atrás, mais concretamente do Fórum “Construção de um Quadro de Consenso Nacional para a Transfor-

mação de Cabo Verde”, realizado a 11 de Abril de 2003, e que elegeu a indústria ligeira e o turismo como sectores estratégicos do desenvolvimento do país.

“As vulnerabilidades do país citadas nos diversos estudos económicos muitas vezes estão ausentes nesses pontos fracos que condicionam e limitam o alcance de qualquer política de desenvolvimento. O único factor potencialmente positivo ou forte são os recursos humanos que, ao mesmo tempo, constituem o principal problema do país”, lê-se na brochura do curso de Manutenção. A referida publicação especifica que o curso de Manutenção Industrial tem a duração de 180 horas e três fases: teórica, prática e estágio. Os participantes estão repartidos em dois sub-grupos, um formado por pessoas que estão ligadas a empresas industriais e um outro por jovens à procura do primeiro emprego.

Relativamente ao curso de Guias de Turismo, cujo arranque aconteceu na segunda-feira, 25, contempla dez alunos de São Nicolau, quatro de Santo Antão e dez de São Vicente. O curso desenvolve-se nos módulos teoria, prática e estágio e tem a duração de 266 horas. “Os consensos apontam para a

qualidade de um turismo especializado como o eco-turismo, turismo rural e cultural (excursões de aventura, jogos desportivos náuticos, excursões culturais, turismo de habitação, de entre outros)”. E porque o turismo é um mercado competitivo, “Cabo Verde terá que, não só definir o seu mercado-alvo e facilitar o desenvolvimento de infra-estruturas, como também providenciar formações que tendam a aumentar a eficiência do sector”, frisa Adriano Cruz.

Constância de Pina



# PLANO DE ACÇÃO NACIONAL PARA O AMBIENTE II

Página quinzenal de informação e sensibilização

## EMBAIXADOR DA HOLANDA:

*O Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) já é uma realidade em Cabo Verde, prevendo-se que o seu impacto no desenvolvimento do país venha a reflectir-se, positivamente, em todos os sectores da vida nacional. A responsabilidade por esses resultados será sempre repartido por um grande número de instituições e entidades nacionais e estrangeiras que, desde o início, se envolveram incondicionalmente na elaboração e, agora, na implementação desse instrumento estratégico para o futuro de Cabo Verde. No entanto, é de justiça destacar o papel de algumas dessas entidades e instituições, pela centralidade e transcendência das intervenções que tiveram e terão nesse processo.*

## Pana II é “exemplo da cooperação bilateral”

centrar a sua ajuda a Cabo Verde no sector do ambiente foi uma **“aposta ganha”**, perspectivando que também o facto de o seu governo ter decidido disponibilizar esses apoios na modalidade de ajuda orçamental terá **“impacto positivo”** na sua utilização.

### UM BOM EXEMPLO

**“Trabalhámos intensamente, nos últimos cinco anos, para conseguirmos os resultados actuais e creio que a existência do PANA II e as boas perspectivas de materialização que apresenta constituem um passo em frente em relação, por exemplo, ao primeiro plano ambiental”**, referiu o embaixador, congratulando-se com o facto de preconizar um **“excelente quadro de descentralização”** que garante aos municípios um **“papel central”** na execução dos projectos e programas aprovados e na utilização dos recursos disponibilizados pelo governo dos Países-Baixos.

Segundo Joos van Aggelen, para quem o PANA II é um **“bom exemplo da excelente cooperação”** existente entre os dois países, essa circunstância vai permitir que os projectos beneficiem mais directamente as populações mais periféricas o que, na opinião do diplomata, será visto, pelo governo holandês e pelas autoridades cabo-verdianas como um **“resultado positivo”** das acções que vão ser empreendidas no domínio do ambiente.

Mas para o embaixador, não há dúvidas de que outros resultados esperados serão atingidos, uma vez que, na sua opinião, tanto o PANA II em si como a grande envolvimento que presidiu à sua elaboração e a confiança depositada na sua implementação são **“indicadores seguros”** disso mesmo.

A experiência da cooperação holandesa com Cabo Verde no sector do ambiente foi analisada por Joos van Aggelen em comparação com o que está a ser levado a cabo noutros países, nomeadamente no Senegal, resultando dessa compara-

ção uma apreciação positiva, uma vez que, segundo o embaixador, não obstante ser um país também com acentuados problemas de ordem ambiental, o Senegal não dispõe de um plano **“tão abrangente”** como o PANA II.

Outro aspecto importante destacado nessa comparação diz respeito à forma **“muito participativa”** como o PANA II foi elaborado, com a colaboração estreita das autarquias. Na opinião do diplomata, isso foi possível em Cabo Verde com alguma facilidade mas talvez não fosse viável no Senegal, uma vez que é necessária uma **“razoável capacidade técnica e o respeito pelos necessários equilíbrios”** entre as atribuições de todos os níveis de poder participantes no processo. Segundo o embaixador, tais resultados **“não seriam possíveis a curto prazo”** naquele país vizinho.

Por tudo isto, Joos van Aggelen disse estar convicto de que o balanço a fazer no fim dos 10 anos de vigência do Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente serão **“francamente positivos”** e manifestou a sua confiança na **“capacidade de realização”** das autoridades, dos técnicos e da sociedade de Cabo Verde, aos quais desejou os maiores sucessos.

No momento de se despedir, o diplomata holandês manifestou-se igualmente confiante de que a cooperação entre os dois países

**“continuará a crescer”**, uma vez que, na sua opinião, ela é **“apenas um aspecto”** das relações entre os Países-Baixos e Cabo Verde, que considerou **“muito profundas”** porque **“baseadas no entendimento entre os dois povos”**, sendo exemplo disso a existência de uma grande comunidade cabo-verdiana **“perfeitamente integrada”** na sociedade holandesa, segundo o embaixador.



É o caso da cooperação holandesa, responsável pelo grosso do financiamento do PANA II e que assume, igualmente, um papel de primeiro plano no que diz respeito ao financiamento dos projectos e programas nele inscritos e que já começaram a ser implementados. Todo o trabalho durante a negociação e de garantia das condições necessárias teve a conduzi-lo, pela parte holandesa, o embaixador Joos van Aggelen que, depois de quase seis anos como representante diplomático dos Países-Baixos em Cabo Verde, terminou a sua missão e regressa, como ele próprio diz, com o sentimento de ter feito **“tudo o que era possível”** para que a cooperação entre os dois países no domínio do ambiente desse os seus frutos.

Esses frutos são hoje visíveis, e consubstanciam-se na existência do PANA II e nas perspectivas que abre para o futuro de Cabo Verde, em todos os domínios. Na entrevista que se impunha, na hora do balanço, com o diplomata holandês, Joos van Aggelen considerou que a decisão da Holanda de con-

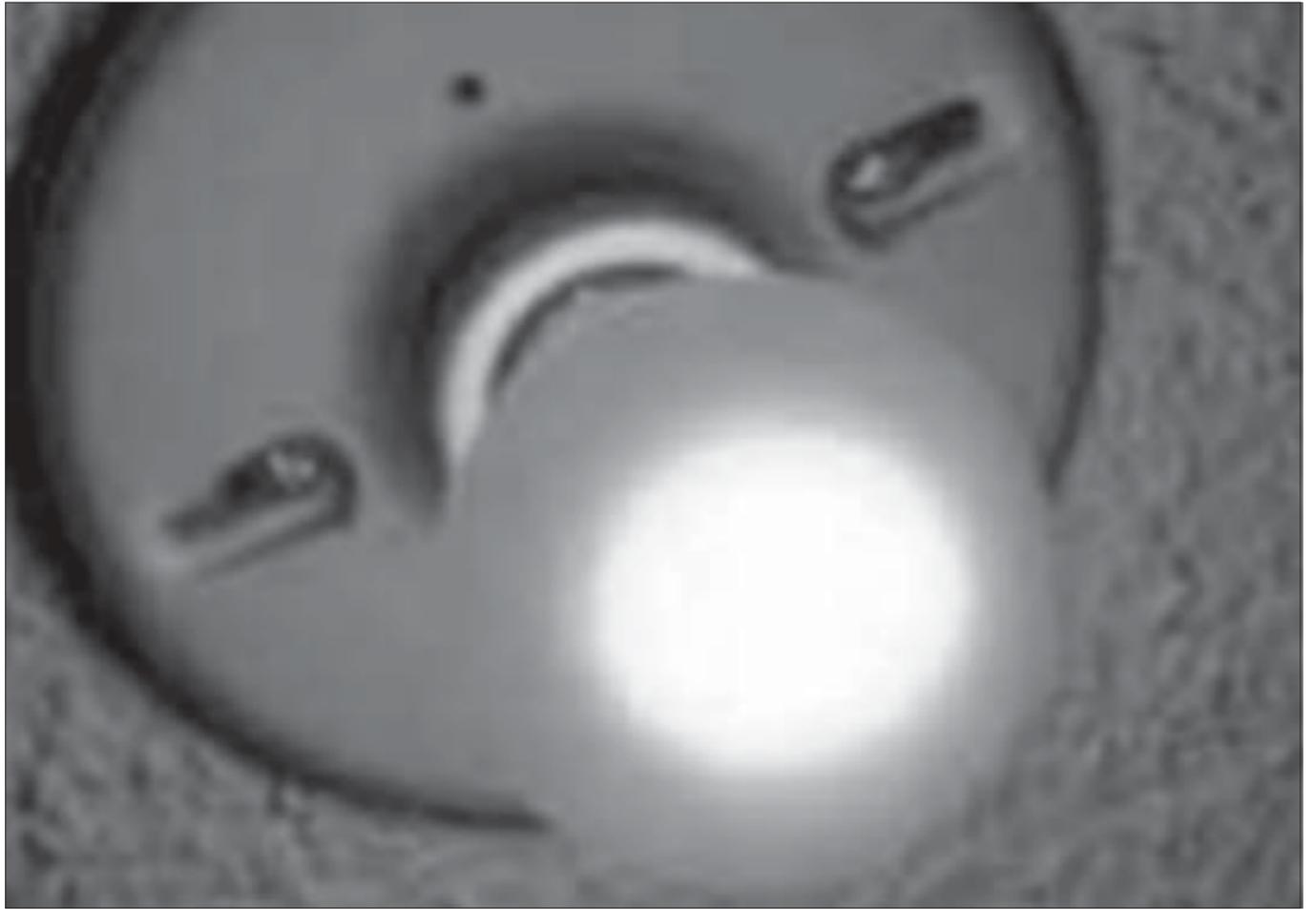


O embaixador Joos van Aggelen foi condecorado pelo Presidente da República, Pedro Pires.

## ELECTRA PREVÊ MANUTENÇÃO DE GERADORES DO PALMAREJO

# Nova crise em Setembro

*Açoitada por cortes sistemáticos no abastecimento de energia eléctrica, a cidade da Praia poderá enfrentar uma crise ainda maior durante o mês de Setembro. A Electra prevê iniciar a manutenção dos geradores do Palmarejo em finais de Agosto, o que vai provocar cortes parciais e rotativos nos bairros da Capital.*



Segundo Rui Santos, a empresa aguarda a chegada das peças encomendadas para iniciar o processo de manutenção dos dois grupos de produção de electricidade. Por cada um dos grupos que estiver parado para reparação, calcula que serão feitos cortes sistemáticos durante dez dias. No total serão vinte dias de cortes no abastecimento de energia, em pleno período de Verão.

**“A ponta na cidade da Praia é de 16,5 mega-watts, mas prevemos interromper o abastecimento numa média de apenas dois mega-watts. E esses cortes irão respeitar uma ordem de rotatividade”**, informa o gestor da Electra. Segundo Santos, a Electra vai contactar os serviços equipados com geradores de emergência no sentido de usarem tais equipamentos durante esse período de crise. Desta forma, diz, será diminuída a sobrecarga nos geradores.

Os cortes que têm afectado a cidade da

Praia nos últimos tempos estão relacionados, em parte, com a excessiva vibração registada nos geradores Caterpillar, instalados na central do Palmarejo, e que provocam interrupções inesperadas. Fora isso, outras avarias continuam a ser provocadas, segundo Santos, pela acção incontrolada das máquinas de escavação de determinadas empresas e da própria edilidade praiense. Como explica, a Câmara da Praia continua a autorizar obras na via pública sem perguntar à Electra se tem ou não cabos subterrâneos instalados nesses terrenos. **“Chegámos a endereçar alguns protestos à Câmara, mas de nada serviram. As intervenções persistem sem consultas prévias, com as consequências que todos conhecemos”**, afirma Rui Santos, para quem a edilidade da Praia tem manifestado uma postura de bloqueio à actividade da Electra, na Capital. Como explica, a Câmara demora um tempo excessivo a autorizar os trabalhos da empresa na via

pública, o que prejudica os planos da Electra no tocante à manutenção dos ramais de água e dos cabos de electricidade.

Outro factor que tem estado na origem dos cortes de electricidade tem a ver com a fraca capacidade da empresa em fazer reservas de energia. Deste modo, uma avaria implica logo o corte no abastecimento à população e pode também ter consequências na produção e distribuição de água. No entanto, a capacidade instalada da Electra corresponde, neste momento, às necessidades da cidade da Praia em água e energia. Esse quadro tem sido, no entanto, afectado pelas avarias, como explica Rui Santos.

Só no primeiro semestre do ano passado, a Capital sofreu seis black-outs. Situações, todas elas, provocadas por avarias que surpreenderam a Electra, segundo o gestor desta empresa. No entanto, persiste o problema da vibração excessiva dos geradores da Caterpillar. A vibra-

ção das máquinas tem estado na origem de algumas avarias mas, mesmo assim, a Electra tenciona adquirir mais um gerador dessa marca. Isto porque, segundo Santos, a central do Palmarejo foi dimensionada desde o início para receber mais dois geradores Caterpillar e, optar por uma outra marca, iria acarretar custos suplementares. De qualquer modo, a Electra promete ter mais prudência neste novo negócio.

Quanto à água, a Electra defende que o abastecimento tem estado a ser mais difícil nas zonas altas. No entanto, a empresa aguarda a conclusão do projecto IX FED, da União Europeia, para proceder à ampliação da rede de distribuição de água na cidade da Praia. O projecto da EU prevê a construção de dois reservatórios e a remodelação de uma conduta. Enquanto essas obras não estiverem prontas, a Electra tenciona melhorar a rede de distribuição de água e canalizar esse líquido com maior justiça para todas as habitações.